

COMPANHIA DE GÁS DO AMAPÁ - GASAP

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

COMPANHIA DE GÁS DO AMAPÁ - GASAP

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Acionistas da
Companhia de Gás do Amapá - GASAP
Macapá - AP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Gás do Amapá - GASAP ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Gás do Amapá - GASAP em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 13 de fevereiro de 2026.

COMPANHIA DE GÁS DO AMAPÁ - GASAP

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	144	132	Fornecedores	8	3	3
Tributos a recuperar	5	28	22	Obrigações sociais a recolher	9	23	22
Outros créditos		1	1	Tributos a recolher		1	1
Total do ativo circulante		173	155	Obrigações por arrendamento	6	13	8
Não circulante				Total do passivo circulante		40	34
Ativo de direito de uso	6	74	7	Não circulante			
Imobilizado	7	5	8	Obrigações por arrendamento	6	64	-
Total do ativo não circulante		79	15	Total do passivo não circulante		64	-
				Patrimônio líquido	10		
				Capital social		3.544	3.100
				Adiantamento para futuro aumento de capital		-	104
				Reserva de capital		2	2
				Prejuízos acumulados		(3.398)	(3.070)
				Total do patrimônio líquido		148	136
Total do ativo		252	170	Total do passivo e patrimônio líquido		252	170

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DO AMAPÁ - GASAP

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	11	(338)	(315)
		<u>(338)</u>	<u>(315)</u>
Prejuízo antes do resultado financeiro		(338)	(315)
Receitas financeiras	12	20	19
Despesas financeiras	12	(10)	(36)
Resultado financeiro líquido		10	(17)
Prejuízo do período		(328)	(332)

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DO AMAPÁ - GASAP

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo do período	(328)	(332)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	<u>(328)</u>	<u>(332)</u>

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DO AMAPÁ - GASAP

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Capital social			Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	a integralizar	Total				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.100	(101)	2.999	100	2	(2.738)	363
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	68	-	-	68
Integralização de capital	-	101	101	(64)	-	-	37
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(332)	(332)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.100	-	3.100	104	2	(3.070)	136
Subscrição de capital social	900	(900)	-	-	-	-	-
Integralização de Capital	-	444	444	(104)	-	-	340
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(328)	(328)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.000	(456)	3.544	-	2	(3.398)	148

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DO AMAPÁ - GASAP

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(328)	(332)
Ajustes de valores para reconciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais		
Depreciação	3	2
Amortização do ativo de direito de uso	18	21
Juros e variações monetárias, líquidas	8	2
Perda por irrecoverabilidade	-	31
	<u>(299)</u>	<u>(276)</u>
Variações nos ativos e passivos		
Tributos a recuperar	(6)	(3)
Outros créditos	-	-
Fornecedores	-	-
Obrigações sociais a recolher	1	5
	<u>(304)</u>	<u>(274)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(304)	(274)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de arrendamentos	(24)	(23)
Aumento de Capital	340	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	68
Integralização de capital	-	37
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	316	82
	<u>12</u>	<u>(192)</u>
Aumento líquido/(diminuição) do caixa e equivalentes de caixa no período	12	(192)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	132	324
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	144	132
	<u>12</u>	<u>(192)</u>

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Companhia de Gás do Amapá - GASAP ("Companhia") é uma sociedade de economia mista vinculada à Secretaria de Infraestrutura do Estado do Amapá, constituída em 22 de outubro de 2003, com autorização da Lei Estadual nº 705, de 5 de julho de 2002, alterada pela Lei Estadual nº 750, de 30 de abril de 2003, com concessão para exploração, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás canalizado no Estado do Amapá, no prazo de 30 anos (até 21 de outubro de 2033), podendo ser prorrogado por igual período.

A Companhia tem por objeto social a exploração, com exclusividade, do serviço público de distribuição e comercialização de gás canalizado, podendo também explorar outras formas de distribuição de gás natural ou manufaturado de produção no Estado do Amapá, pela União, por terceiros nacionais ou decorrente de importação, para fins industriais, comerciais, residenciais, e qualquer outra finalidade lícita de consumo direto ou como componente de produção, condizente com a tecnologia hodierna disponível. Poderá também explorar jazidas de gás natural existentes ou a prospecção para produção e distribuição canalizada mediante concessão da União Federal, em todo o território do Estado do Amapá, além de exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros, e participar de outros empreendimentos cuja finalidade esteja relacionada com seu objeto social, para o que poderá constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais.

O início das operações da Companhia depende da viabilização da construção do gasoduto de transporte de gás natural ligando o Estado do Amapá ao gasoduto de transporte de gás natural que transportará esse gás, existindo também a possibilidade de esse gás chegar ao Estado do Amapá por meio do transporte de Gás Natural Comprimido - GNC ou Gás Natural Liquefeito - GNL, fazendo uso de terminal de regaseificação de GNL projetado para a cidade de Barcarena, no Estado do Pará. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas no pressuposto da construção do referido gasoduto ou do terminal de regaseificação e, conseqüentemente, do início das operações, e não incluem nenhum ajuste que poderia ser requerido no caso de a Companhia não conseguir iniciar sua total operação. Até o início da sua operação, a Companhia continuará a depender de suporte financeiro a ser obtido por meio de aporte de capital por parte de seus acionistas ou de recursos de terceiros.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras, considerando a legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologados pelos órgãos competentes.

A emissão das Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi autorizada, pela Diretoria Executiva da Companhia, em 13 de fevereiro de 2026.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotadas na elaboração dessas Demonstrações Contábeis estão descritas a seguir:

3.1. Apuração do resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

3.2. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de Balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

O ativo financeiro reconhecido pela Companhia é caixa e equivalentes de caixa.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são as contas a pagar a fornecedores e a arrendadores.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.4. Operações de arrendamento

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

A Companhia possui contrato de arrendamento do imóvel relativo à sala comercial onde está instalada a sua sede. Esse contrato atende ao escopo estabelecido pela NBC TG 06 (R3) - Arrendamentos, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC que aprovou o CPC 06 (R2). Os efeitos do registro do ativo de direito de uso do imóvel e das obrigações por arrendamento estão sendo apresentados nessas Demonstrações Contábeis.

3.5. Outros ativos e passivos circulantes ou não circulantes

Um ativo é reconhecido no Balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no Balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

3.6. Provisões

Uma provisão é reconhecida no Balanço Patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.7. Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Diretoria para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo para sua determinação. A Diretoria da Companhia revisa as estimativas e premissas regularmente e entende que não haverá divergências materiais quando da realização dessas.

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do Balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são citadas a seguir:

- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros;
- Provisões para contingências.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos	1	1
Aplicações financeiras	143	131
	<u>144</u>	<u>132</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Renda Fixa Curto Prazo Automático Setor Público no Banco do Brasil S.A., remuneradas de cotas de fundos de investimento e são classificadas pela Diretoria da Companhia como "caixa e equivalentes de caixa", por serem consideradas ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Tributos a recuperar

	2025	2024
Impostos Retido na Fonte (IRRF)	28	22
	<u>28</u>	<u>22</u>

6. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

O contrato elegível pela Companhia para adoção da NBC TG 06 (R3) refere-se ao aluguel do imóvel onde funciona a sede administrativa da Companhia. Para esse contrato de arrendamento, a Companhia reconheceu o ativo de direito de uso pelos passivos de arrendamento, conforme segue:

Ativo de direito de uso

	Saldos em 31/12/24	Adições	Saldos em 31/12/25
Direito de uso de imóveis	72	85	157
(-) Amortização	(65)	(18)	(83)
	<u>7</u>	<u>67</u>	<u>74</u>

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

Passivo - passivo de arrendamento

O prazo do contrato é de cinco anos, iniciados em 17 de abril de 2020, expressamente convencionado entre as partes, com pagamentos mensais e fixos sendo atualizados anualmente pelos índices IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ou qualquer índice que vier a substituí-lo. Não existem restrições ou cláusulas que dependam dos resultados ou distribuição de dividendos pela Companhia.

O contrato foi considerado, no julgamento da Companhia, como arrendamento essencialmente se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação. O valor presente do contrato foi calculado por taxas equivalentes à do custo de captação de empréstimos e financiamentos para obtenção de imóveis junto a instituições financeiras.

Em 16 de abril de 2025 foi assinado o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Locação não Residencial. O documento estabelece o reajuste anual do aluguel com base na variação do IPCA/IBGE dos últimos 12 meses, fixando o novo valor mensal em R\$ 2, também prorroga o prazo contratual originalmente previsto para encerrar em 16 de abril de 2025, estendendo a vigência por mais 60 meses até 16 abril de 2030, com encerramento automático na data final, salvo manifestação contrária das partes

A movimentação das obrigações está assim representada:

	2025	2024
Saldos iniciais	8	27
Adições	85	2
Juros a pagar	8	2
Pagamentos	(24)	(23)
Saldos em 31 de dezembro	<u>77</u>	<u>8</u>
Passivo circulante	13	8
Passivo não circulante	64	-

7. Imobilizado

A movimentação e composição do saldo está assim representada:

Descrição	Taxa anual de depreciação	Saldos em 31/12/2024	Adições	Saldos em 31/12/2025
Custo				
Máquinas e equipamentos	10%	1	-	1
Móveis e utensílios	10%	10	-	10
Computadores e periféricos	20%	20	-	20
Total do custo		<u>31</u>	<u>-</u>	<u>31</u>
Total da depreciação acumulada		(23)	(3)	(26)
Total do imobilizado		<u>8</u>	<u>(3)</u>	<u>5</u>

COMPANHIA DE GÁS DO AMAPÁ - GASAP

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

8. Fornecedores

	2025	2024
Cunha & Tavares Consultoria SS	3	3
	<u>3</u>	<u>3</u>

9. Obrigações sociais a recolher

	2025	2024
Provisão de férias e encargos	19	18
INSS a recolher	3	3
FGTS a recolher	1	1
	<u>23</u>	<u>22</u>

10. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito é de R\$ 4.000 (R\$ 3.100 em 2024) dividido em 4.000 (quatro milhões) de ações, sendo 50% ordinárias e 50% preferenciais, todas de classe única, nominativas, sem valor nominal e inconversíveis de uma espécie em outra, pertencentes ao Governo do Estado do Amapá e a Termogás S.A.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital a integralizar é de R\$ 456.

b) Distribuição de dividendos

O Estatuto Social prevê a seguinte destinação para os lucros líquidos auferidos em cada exercício social:

- 5% para a constituição de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do valor do Capital Social.

É assegurado aos acionistas o recebimento de dividendos mínimos obrigatórios de 75% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações (Lei das S.A.)

c) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não apresentava saldo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), uma vez que os valores foram integralizados ao longo do exercício. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo referente a esses adiantamentos dos acionistas era de R\$ 104.

COMPANHIA DE GÁS DO AMAPÁ - GASAP

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

11. Despesas gerais e administrativas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Serviços profissionais	(95)	(79)
Despesas com pessoal	(197)	(178)
Amortização e depreciação	(18)	(23)
Telefone e energia	(5)	(4)
Outras despesas operacionais	(23)	(31)
	<u>(338)</u>	<u>(315)</u>

12. Receitas e despesas financeiras

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicação financeira	18	16
Atualização de créditos tributários	2	3
	<u>20</u>	<u>19</u>
Despesas financeiras		
Perda por irrecoverabilidade	-	(33)
Comissão e despesas bancárias	(2)	(1)
Juros sobre arrendamentos	(8)	(2)
	<u>(10)</u>	<u>(36)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>10</u>	<u>(17)</u>

13. Gestão de riscos financeiros

Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado. Os principais fatores de riscos financeiros, e as estratégias a serem adotadas a cada circunstância, que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

Gestão do risco da taxa de juros

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI.

Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

14. Provisão para riscos processuais

A Companhia não possui ações judiciais passivas cuja avaliação da expectativa de perda seja “provável” ou “possível”. Assim, nenhuma provisão foi constituída ou divulgada.

15. Seguros (não auditado)

A Companhia mantém política de contratar cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para as suas instalações e os bens relacionados, em montantes considerados suficientes pela Diretoria para cobrir eventuais perdas com sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A cobertura dos contratos de seguro está evidenciada a seguir:

Finalidade do seguro	Importância segurada (R\$)
Incêndio	400
Roubo de valores	10
Danos elétricos	30
Despesas fixas perduráveis	40
Responsabilidade civil	50
Roubo de bens	30
Vazamento de tanques e tubulações	20
Vazamento ou derrame de chuveiro automático	20